

Estado Laico: Manual homofóbico e machista é distribuído em Fórum de Ensino Religioso

(Pragmatismo Político, 08/04/2014) A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) realizou em seu auditório, no último mês, o X Fórum de Ensino Religioso (ER). Essa atividade, que acontece anualmente e reúne professores de religião, teve um caráter especial para seus organizadores pois comemorou os 10 anos de Ensino Religioso no Rio.

Na verdade, o ER já existia com centenas de docentes de outras áreas desviados para esta disciplina. A comemoração marcou então os 10 anos do concurso na modalidade confessional, realizado em 2004, e que colocou mais 500 professores, sendo a imensa maioria católica seguida pelos evangélicos e alguns poucos de “outras religiões” nas escolas. De lá para cá outros 140 professores foram chamados e, em 2013, novo concurso acrescentou 450 professores de religião à rede pública estadual.



Deixaremos de lado, neste texto, todas as críticas que fazemos ao longo de muitos anos, tais como a total ausência de laicidade na escola pública, a falta de pudor de todos os 10 fóruns de ER que assumem publicamente seu objetivo de organizar a Campanha da Fraternidade nas escolas, os gastos anuais que chegam a quase R\$ 16 milhões com esta disciplina, enquanto a gigantesca demanda de professores de todas as áreas só cresce, a discriminação de religiões afrodescendentes que o ER legitima.

Faremos isso por um momento apenas para nos concentrarmos no que consideramos um ato criminoso: durante o X Fórum, a Secretaria Estadual de

Educação distribuiu a todos os participantes um material chamado “Keys to Bioethics” (Chaves para a Bioética), também denominado “Manual de Bioética”. São 80 páginas de puro conservadorismo em diversos aspectos, mas também será no seu conteúdo homofóbico e machista que focaremos aqui.

Com ilustrações perversas e debochadas, a página 68 do manual, por exemplo, diz que “a teoria do gênero supervaloriza a construção sociocultural da identidade sexual, opondo-se à natureza, gerando um novo modelo familiar e uma nova organização da sociedade”.

Diz o material em sua página 69: “Apesar de tudo, a união entre um homem e uma mulher é a única possível para gerar um filho e inscrevê-lo na continuidade das gerações”. O texto segue condenando além da homossexualidade, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a transexualidade. Tudo baseado em supostos estudos científicos e na Bíblia.

Assim como a coleção de livros católicos, publicada em 2007, para a utilização dos professores católicos na rede pública, este novo manual, entregue a todos os professores presentes no fórum, independente de seu credo, é ultra conservador e machista porque afirma que maternidade é parte constitutiva de uma “identidade feminina”, condena a utilização de métodos contraceptivos e o aborto, mesmo em casos de estupro.

Indica citações do Gênesis para dizer que Deus fez a mulher para ser “auxiliar do homem”. É mais um material que vai na contramão de estudos de educadores que, com suas pesquisas e ativismo cotidianos buscam desconstruir a ideia de que as identidades sexuais são determinadas por estruturas biológicas, neurais e hormonais, o que serve somente para a patologização das inúmeras maneiras de se viver as sexualidades. Estudos, chamados de “transviados”, ou mesmo “queer”, desenvolvidos, por exemplo, pela professora Berenice Bento, da UFRN, autora de “A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual” (2006) e “O que é transexualidade?” (2008).

Bento defende que os estudos transviados não perguntam “o que é um homem?” ou “o que é uma mulher?” tampouco “Qual é a diferença entre um

homem e uma mulher?” Mas sim, “para que serve esse lugar de homem e de mulher na nossa sociedade?” e, ainda: “Quem disse que a prerrogativa da feminilidade está na presença do útero?” Exatamente porque gênero e estrutura biológica não definem o que é um ser humano é que os estudos transviados sugerem a desconstrução de gêneros na perspectiva de uma sociedade e de uma educação mais inclusiva em todos os seus níveis.

Essa difícil luta que vem sendo travada há longos anos por milhares de organizações, ativistas e Grupos de Trabalhos nas Universidades têm alcançado conquistas importantes. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que casais do mesmo sexo têm o direito legal a essas uniões, o que já foi decisivo para direitos como pensão, herança e adoção. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução que obriga todos os cartórios do país a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.



Há mais avanços necessários. Atualmente, proposto pelos deputados federais Jean Wyllys (PSOL) e Érika Kokay (PT), tramita no Congresso Nacional o

“Projeto de Lei da Identidade de Gênero” que, seguindo o exemplo da Argentina e de outros países, garante que toda pessoa poderá solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e de imagem registradas na documentação pessoal, sempre que não coincida com sua identidade de gênero auto-percebida. Isso sem a necessidade do trâmite médico.

É contra toda essa vigorosa afirmação da vida e de sua pluralidade que o “Manual da Bioética” se coloca. Produzido pela Pastoral Familiar do Brasil, pela Foudation Jérôme Lejeune e pela Jérôme Lejeune Catédra de Bioética, foi distribuído massivamente na Jornada Mundial da Juventude, que reuniu, em 2013, milhares de católicos no Rio. Em que pese seu absurdo conteúdo, o máximo que podíamos fazer era denunciar, criticar sua circulação e lutar cotidianamente por uma outra educação em todos os espaços possíveis.

Mas quando a Secretaria Estadual de Educação distribui o manual para professores de Ensino Religioso, em uma atividade de formação da educação pública, em dependências públicas, onde foi informado que existem milhares de exemplares disponíveis em uma igreja no Rio, revela o que já sabemos: o governo do estado concorda com seu conteúdo.

Afirma que é legítimo, correto e parte da função dos professores apresentar estas questões em sala de aula a partir da visão unilateral, conservadora e homofóbica da Igreja Católica.

Ignora todo o constrangimento que este material certamente causará a alunos e alunas, professores e professoras, funcionários e funcionárias, que escapam à normatização e aos seus imperativos de comportamento. São lésbicas, gays, bissexuais, transexuais que, todos os dias, enfrentam preconceitos que chegam, não raramente, à violência física, inclusive, na escola. Como se sentirão também os filhos e filhas de casais com diferentes orientações sexuais? Ou alunas que já tenham interrompido a gravidez e mesmo as que não queiram ter filhos?

BEM, ENTÃO...
QUE "GÊNERO" EU VOU ESCOLHER

PARA ESTE ANO?



“A distribuição desse manual pela SEEDUC não cabe num processo pedagógico e curricular, quando estamos justamente repensando continuamente modos de romper com a invisibilidade dos alunos e alunas, lutando para que apareçam no seu modo de ser, na sua integralidade. Porém não é de estranhar tal postura. Atualmente a política de educação do Estado vem impondo metas, com isso gera mais um controle e engessamento do currículo e mais pressão sobre os cotidianos da sala de aula. A formação de um pensamento crítico, da cidadania e o respeito pelas particularidades de cada pessoa é deixada de lado”, diz Antônio Pinheiro, professor do Instituto de Educação Sarah Kubitschek e do Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro, ativista do movimento LGBT.

Na segunda-feira, 31 de março, uma integrante do Ilé Oba Òyó, nosso Grupo de Pesquisa, e professora da rede estadual, esteve na paróquia indicada e

retirou uma caixa com 100 exemplares do manual. Outro ligou e foi informado que 20 caixas com o mesmo conteúdo foram retiradas por professores só nesse dia.

O lamentável ocorrido exige mais do que a simples crítica e podemos fazer mais. Podemos exigir que sejam recolhidos todos os manuais que já chegaram às escolas e impedir que cheguem mais. Podemos denunciar a SEEDUC por homofobia ao Ministério Público (e vamos fazer). Podemos chamar ativistas, sindicatos, associações, universidades, parlamentares, estudantes, funcionários e docentes que apostam no avanço das conquistas que fizemos e não em seu contrário. É o que esperamos com essa nota. O SEPE-RJ já aprovou moção de repúdio contra o manual em congresso, realizado no último fim de semana.

O manual é mais um instrumento não só para os professores de ER, mas para todos os professores e professoras de outras disciplinas que tenham práticas obscurantistas. Ele fere o trabalho dos que apostam, todos os dias, em uma educação libertária, inclusiva e plural e torna a escola ainda mais repressora e excludente. E isso nós não vamos permitir. Quem soma mais?

() Stela Guedes Caputo, coordenadora do Grupo de Pesquisa Ilé Oba Òyó, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, com colaboração de: Cristiano Sant' Anna, Pedro Castanheira de Freitas, Luciana Monsores e Antônio Pinheiro / Fazendo Media*

Acesse o site de origem: [Estado Laico: Manual homofóbico e machista é distribuído em Fórum de Ensino Religioso](#)

Falha, aplicação da lei pode fazer mulher violentada ser ‘vítima duas vezes’

(BBC Brasil, 02/04/2014) Qual a influência da legislação brasileira na criação de um ambiente em que 65% dos ouvidos em uma pesquisa do Ipea acreditam que mulheres com roupas curtas merecem ser atacadas?

Para especialistas ouvidas pela BBC Brasil, o problema não é a lei em si, mas sim sua interpretação e aplicação, que muitas vezes acabam fazendo mulheres que sofrem abusos sexuais serem vítimas duas vezes.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Falha, aplicação da lei pode fazer mulher violentada ser ‘vítima duas vezes’](#)

Zuenir Ventura aborda o machismo no Brasil

(O Globo, 02/04/2014) Na terra em que o carnaval é um desfile de seios e bumbuns nus, ou quase, e as praias são uma exposição de corpos mal cobertos por biquínis com o sugestivo nome de fio-dental, aqui onde, conforme os estereótipos, parecem reinar a tolerância e a liberalidade de costumes, um paraíso enfim da sensualidade feminina, como explicar que 65% das pessoas ouvidas numa pesquisa concordem que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”? E mais: o que dizer das ofensas e ameaças de violência física que integrantes do grupo virtual “Eu

não mereço ser estuprada” vêm sofrendo pela internet só porque protestam pacificamente contra o resultado do levantamento? A jornalista e escritora Nana Queiroz, criadora do movimento, é a principal vítima dos ataques, muitos dos quais provenientes de mulheres, que postaram mensagens como essa: “Espero que você seja estuprada.” A violência chegou ao ponto de se convocar os internautas para um “estupro coletivo” das integrantes da campanha liderada por Nana.

O fenômeno, que repercutiu até na imprensa francesa, chocou especialistas como a socióloga Márcia Oliveira, para quem esses e outros dados mostram que a sociedade brasileira ainda mantém um “pensamento machista” que atribui à mulher a culpa pela violência sofrida. A alegação cínica é que o homem estupra porque é provocado eroticamente. Exemplo disso está na própria pesquisa, em que a maioria repassa a responsabilidade do crime para a vítima. “Se elas soubessem se comportar, haveria menos estupros”, responderam 58,5% dos entrevistados. Márcia ironiza, lembrando Manaus, onde usar pouca roupa, devido ao clima, é normal. “É como afirmar que as mulheres no Norte querem ser violentadas.”

São preconceitos tão arraigados na cultura brasileira que mesmo a Lei Maria da Penha, considerada no gênero a legislação mais avançada do mundo, não conseguiu baixar o chamado feminicídio. Calcula-se que, de 2009 a 2011, ocorreu uma morte violenta de mulher a cada hora e meia. E em 2012 houve seis estupros por hora. Essa permissividade criminosa é ilustrada também por números. Se, por um lado, 70% dos entrevistados concordam que marido que bate na esposa deve ir para a cadeia, por outro, 89% deles acham que a briga entre casal deve ser resolvida pelos dois; em outras palavras, vigora o ditado popular: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher.” Uma forma de garantir ao mais forte o direito à covardia e à impunidade.

Para mudar esse lado sombrio de um país paradoxalmente solar e aparentemente liberal, Márcia acredita que “talvez precisemos de uma geração inteira”. O movimento “Eu não mereço ser estuprada”, que recebeu a solidariedade da presidente Dilma, é um pequeno passo, mas corajoso e original, na direção da mudança.

Acesse o PDF: [Nossa face obscura, por Zuenir Ventura](#)

Uma breve reflexão sobre mulheres negras gordas e seus estereótipos, por Jarid Arraes

(Portal Fórum, 28/03/2014) Ainda há muito para ser debatido e pesquisado sobre a relação entre as questões raciais e as de gênero. Entre as mulheres negras, há diversas especificidades sociais que variam de acordo com certos fatores, tais como orientação sexual, classe, religião, regionalidade e aparência física. Por isso, embora as mulheres negras sofram com uma série de estereótipos raciais e sexuais, elas têm experiências diferentes umas das outras de acordo com suas características.

As mulheres negras que são gordas, por exemplo, são vistas pela sociedade de um modo bastante específico. Na indústria do entretenimento há diversas personagens que exemplificam os estereótipos das negras gordas: desde filmes de drama até comédias americanas exageradas, é possível identificar uma frequente representação negativa. “Preciosa”, “Norbit”, “E o Vento Levou”, “Vovó...Zona” e até mesmo “O Sítio do Pica-Pau Amarelo” são alguns exemplos de produções que apresentam mulheres gordas e negras como pessoas de caráter duvidoso, compulsivas, descontroladas e inconvenientes, ou frequentemente reduzidas a papéis como cozinheira e empregada doméstica para desempenhar a função de serva.



(Imagem: Reprodução)

Essa percepção limitada e negativa a respeito dessas mulheres não se encontra exclusivamente na ficção, mas faz parte da realidade de muitas pessoas que precisam lidar diariamente com as facetas do racismo. Por se tratarem de valores muito naturalizados e pouco questionados, associar determinadas características a esse grupo de mulheres é tão comum que, de tanto se repetir, vira quase um axioma. É por isso que muitas gordas negras relatam experiências de violência física e psicológica, tanto na infância quanto na idade adulta.

Há muitos paradigmas para a mulher gorda negra: ela costuma ser vista como mais velha do que realmente é, pouco cuidadosa, sem higiene pessoal, ignorante e sem educação, além dos diversos episódios de ridicularização por causa de sua aparência física. Essa representação tem grande influência na percepção da sociedade com relação a essas mulheres e ocasiona em exclusão social, levantando barreiras para que consigam um trabalho ou mesmo frequentar ambientes diversos em liberdade. Os prejuízos psíquicos em ser considerada “nojenta” são imensuráveis; é quase impossível levar uma vida produtiva e feliz quando se sofre discriminação constante, a internalização desses preconceitos gera uma percepção de si extremamente negativa e distorcida.

É interessante que, embora a “obesidade” tenha sido afirmada como um “problema” generalizado nos Estados Unidos nos últimos anos, a população que compõe a maior parte das pessoas obesas são, ironicamente, as mulheres negras. É fato que o sofrimento causado pelo racismo pode resultar em transtornos alimentares, ansiedade e outros tipos de comportamentos que ocasionam em aumento de peso. Na verdade, uma pesquisa científica na Universidade de Boston indica que as mulheres negras são muito mais propensas a obesidade quando são vítimas constantes do racismo. Segundo os dados levantados, a exposição contínua ao racismo pode desregular as funções neuroendócrinas do corpo, o que influencia o acúmulo de gordura. Embora seja somente uma pesquisa e o assunto não possa ser limitado sob essa perspectiva, é importante refletir sobre o ciclo vicioso que muitas vezes se instala.

É importante salientar que não há nada de errado em ser gorda e isso é algo que diz respeito somente à própria mulher, seja ela negra ou não. Mulheres de outras etnias também sofrem com o preconceito e ridicularização contra pessoas gordas, não obstante um recorte de raça torna possível identificar os mecanismos pelos quais o racismo continua agindo em nossa sociedade, apontando as diferenças e similaridades entre cada grupo. As especificidades das questões raciais relacionadas a gênero precisam ser debatidas e estudadas com mais seriedade.

Acesse o site de origem: [Uma breve reflexão sobre mulheres negras gordas e seus estereótipos, por Jarid Arraes](#)

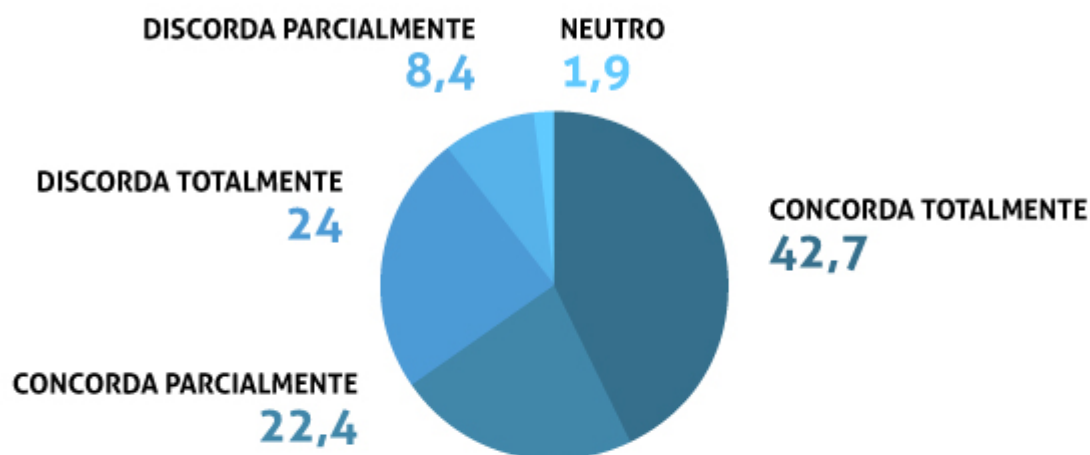
Maioria diz que mulher com roupa curta “merece” ser atacada, diz pesquisa

(UOL, 27/03/2014) Um estudo divulgado nesta quinta-feira (27) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revela que a maioria da população brasileira acredita que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”.

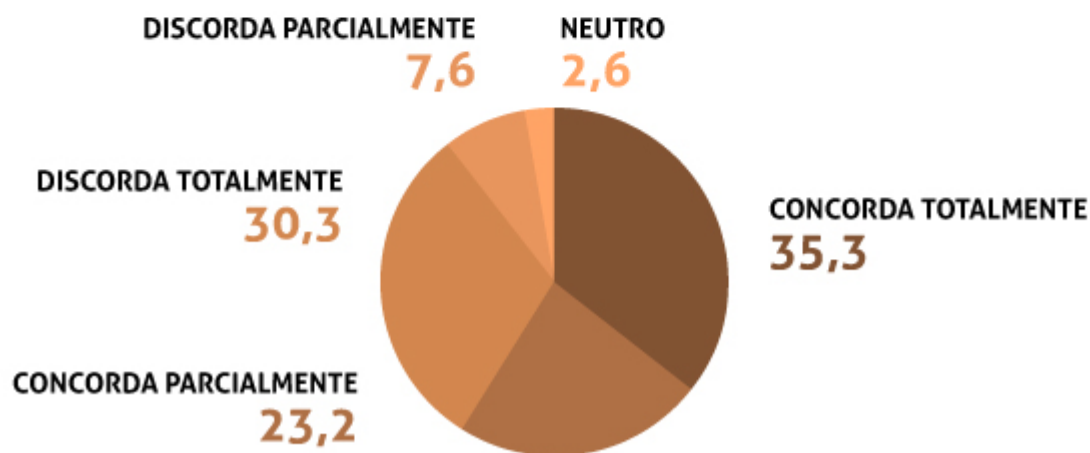
Tolerância à violência contra as mulheres

Maioria dos entrevistados culpa mulheres por estupros

Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (em %)



Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros (em %)



*Pesquisa realizada entre maio e junho de 2013 em todo o Brasil
Fonte: Ipea/SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres

A pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social, do Ipea, sobre a tolerância social à violência contra as mulheres entrevistou 3.810 pessoas em todas as unidades da federação durante os meses de maio e junho de 2013, sendo que as próprias mulheres representaram 66,5% do universo de entrevistados.

O estudo é divulgado logo após a ocorrência de [casos de violência contra mulheres no transporte público em São Paulo](#). No Pará, a Justiça passou a adotar em Belém um dispositivo conhecido como [Botão do Pânico para que as mulheres denunciem casos de violência](#).

Na pesquisa do Ipea, os entrevistados foram questionados se concordavam ou não com frases sobre o tema. Nada menos que 65% concordaram que a mulher que usa roupa que mostra o corpo merece ser atacada — 42,7% concordaram totalmente, e 22,4%, parcialmente.

Em relação à frase “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”, 35,3% disseram estar totalmente de acordo e 23,2% afirmaram concordar parcialmente.

Essa concordância acaba por culpar as mulheres pela violência que elas mesmas sofrem. “Por trás da afirmação, está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais; então, as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar, e não os estupradores”, afirmam os pesquisadores no relatório do estudo.

A maioria - 65% — discorda, porém, da frase “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”. Os pesquisadores dizem, no entanto, que o fato de 27% concordarem ao menos parcialmente com a frase “coloca subliminarmente a delicada questão do estupro no âmbito do casamento”.

Violência doméstica é condenada

Por outro lado, a pesquisa mostra que a maior parte dos entrevistados condena a violência doméstica contra a mulher. O índice de concordância com a frase “Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia” alcança os 91%.

Também são altas as taxas de concordância com frases que representam decisões que a mulher deve tomar caso seja agredida pelo marido. Chega a 85% a proporção dos que entendem que o casal deve se separar se houver violência. E passa de 82% o índice dos que discordam da frase “A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos”.

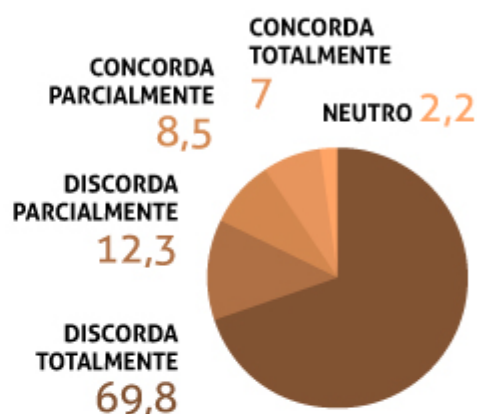
Tolerância à violência doméstica

Maioria concorda com prisão para maridos agressores e acha que homem não pode gritar com a própria mulher

Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia (em %)



Mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar filhos (em %)



Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher (em %)



Quando há violência, os casais devem se separar (em %)



*Pesquisa realizada entre maio e junho de 2013 em todo o Brasil
Fonte: Ipea/SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres

A pesquisa revela, entretanto, que ainda há certa dubiedade na avaliação do caráter público ou privado dos casos de violência doméstica. Beira, por exemplo, os 82% a taxa dos que estão de acordo com a frase “O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros”.

“O primado do homem sobre a mulher ainda é bastante aceito pela

população, mas a violência física não é tolerada”, afirmam os responsáveis pelo estudo.

“Não há características populacionais que determinem intensamente uma postura mais tolerante à violência, mas os primeiros resultados apontam que morar em metrópoles, nas regiões mais ricas do país, Sul e Sudeste, ter escolaridade mais alta e ser mais jovem são atributos que reforçam a probabilidade de uma adesão a valores mais igualitários, de respeito à diversidade, e de uma postura mais intolerante em relação à violência contra as mulheres”, dizem os pesquisadores do Ipea.

Para eles, é necessário investir em educação e punir os agressores para diminuir a violência contra a mulher.

Acesse o site de origem: [Maioria diz que mulher com roupa curta “merece” ser atacada, diz pesquisa](#)

Diretora do Instituto Patrícia Galvão fala sobre violência contra mulher no Brasil

(R7, 27/03/2014) A violência contra a mulher no Brasil é recorrente e a diretora do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Vieira de Melo diz que a sociedade impõe nas mulheres a culpa pelos abusos sofridos e isso tem que mudar. Segundo uma pesquisa realizada pelo instituto, 70% dos entrevistados acredita que as agressões acontecem dentro dos lares.

Acesse o site de origem: [Diretora do Instituto Patrícia Galvão fala sobre violência contra mulher no Brasil](#)

Dossiê Mulher 2013 - Rio de Janeiro

Segundo dados da oitava edição do “Dossiê Mulher”, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), foi possível constatar que as mulheres fluminenses ainda são as maiores vítimas dos crimes de estupro (82,8%), tentativa de estupro (94,9%), calúnia, injúria e difamação (72,4%), ameaça (66,7%), lesão corporal dolosa (65,3%) e constrangimento ilegal (56,6%). E grande parte desses delitos ocorreu no espaço doméstico e no ambiente familiar. A análise desses crimes mostra que na área metropolitana do Estado, o município do Rio de Janeiro se destaca em todos os delitos analisados, o que se deve em grande parte por sua alta população (aproximadamente 39,0% da população total do Estado). Entre os demais municípios, Nova Iguaçu é o que tem o segundo maior número de mulheres vítimas de estupro e de tentativa de estupro.

Acesse o PDF: [Dossiê Mulher 2013](#)

[Acesse a série histórica](#)

Dossiê Mulher 2012 - Rio de Janeiro

Dossiê Mulher traz informações relativas à violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro. O relatório aborda os principais crimes que milhares de mulheres sofrem cotidianamente, como a lesão corporal dolosa, a ameaça, o atentado violento ao pudor, o estupro, o homicídio doloso e a violência doméstica.

Apesar da propagação dos malefícios que esse tipo de violência acarreta, ainda são frágeis as estratégias de defesa dos direitos da mulher. A idéia de que a vítima pode ter provocado as agressões sofridas, continua a prevalecer em algumas representações sociais.

Ciente dessa condição, o Instituto de Segurança Pública (ISP) lança anualmente o Dossiê Mulher, visando contribuir com o aumento da visibilidade deste tipo de violência, ressaltando a importância do combate desses delitos para sociedade brasileira.

Acesse em pdf: [Dossiê Mulher 2012](#)